

TENSIONALIDADES E TENSÕES TERRITORIAIS: o agronegócio do coco e o avançar em territórios indígenas e camponeses no estado do Ceará¹

Luiz Cruz Lima²

Tereza Sandra Loiola Vasconcelos³

O estado do Ceará apresenta-se como um palimpsesto em que as conflitualidades e os conflitos estão escritos com diferentes “colorações” ao longo do tempo e do espaço geográfico, manuscritos sobre rugosidades constituídas pelas materialidades e imaterialidades, que ao serem impressas nos territórios indígenas e camponeses, revelam com proeminência as tensionalidades e as tensões territoriais.

Os estudos considerando a formação socioespacial nos contribuíram para o entendimento que o espaço é destruição, recriação, acúmulo, coexistência. Na sua dinamicidade característica, o movimento faz parte da produção e reprodução das relações sociais que necessitam do substrato espacial para se desenvolverem, para além da produção das coisas e dos objetos.

Nesse sentido, é na reestruturação socioespacial que nos foi possível, por meio de um olhar aguçado, indicar as rupturas, os sujeitos/agentes sociais envolvidos, as intencionalidades e os territórios construídos através desses processos. Assim, os conceitos de formação e reestruturação socioespacial nos possibilitaram compreender os caminhos trilhados e territórios arregimentados pelos índios e camponeses no estado do Ceará, bem como as relacionadas tensionalidades e tensões territoriais, entendendo que na atualidade esses fatos histórico-geográficos apropriam-se de “novas” roupagens, mas não abandonam todas as vestes do passado (MARX, 1981; SANTOS, 1982; MOREIRA, 2007, LIMA, 2008; VASCONCELOS, 2011).

¹ Resumo expandido construído a partir da Tese intitulada “Por onde andam os coqueirais?” Os territórios tensionados e as tensões territoriais no estado do Ceará, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (PROP GEO/UECE), em agosto de 2015, autoria de Tereza Sandra Loiola Vasconcelos e orientação do prof. Dr. Luiz Cruz Lima. O trabalho resultou no livro “Tensões territoriais e territórios tensionados pelo agronegócio” (VASCONCELOS, 2016).

Disponível: <<http://www.uece.br/eduece/index.php/ebooks-eduece>>

² Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROP GEO) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Vale do Acaraú (UVA). Professor emérito da UECE. Email: l.cuzlima@uol.com.br

³ Professora Doutora do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), *Campus* do Itaperi. Email: terezavasconcelos@hotmail.com

O agronegócio do coco engendrado no Ceará é destacado internacionalmente pelas bases industriais, pelos projetos de irrigação, recursos midiáticos, pelo apoio vultoso do capital financeiro e do Estado, avançam a partir da monocultura assentada numa região em que se desponta o histórico de subjugação do trabalho e modo de vida indígena e camponês, por meio da concentração de terras.

Desse modo é que nas ribeiras dos rios Acaraú, Aracatimirim, Aracatiaçu e Curu formaram-se os pretensos “donos” da terra, desde as sesmarias. É por meio, por exemplo, da concentração de punhados familiares, que repetidamente constatamos, que os integrantes dessas famílias denominadas como “tradicionais” são, também, os mesmos que ocupam ano após ano os cargos políticos locais, estaduais e regionais, através da titulação das propriedades, principalmente quando estas são postas à venda e/ou à desapropriação para fins de reforma agrária e/ou homologação de terras indígenas.

As diferentes intencionalidades e estratégias de desenvolvimento das agroindústrias de coco, dos perímetros irrigados, indígenas, camponeses, agricultores familiares e ainda os colonos do perímetro irrigado com elementos de campesinidade relacionam-se aos embates do que se apresenta como “de fora” e o “de dentro”. Desse modo, o pulsar e a vascularidade das conflitualidades e dos conflitos se dá no território, quando não é este o ensejo dos desejos e feitiches, ao ser visto como mercadoria. Daí, o enfoque das lutas, quando consideram o território apropriado histórico e geograficamente em contraposição ao domínio do território estranhado.

No caso do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba a necessidade de terras para plantar e da territorialização para fins de reprodução familiar influenciou o deslocamento de camponeses e trabalhadores rurais que adentraram no novo ritmo e cotidiano de trabalho, mas que, no entanto, conservaram traços de campesinidade⁴.

As categorias tensionalidades e tensões territoriais, na compreensão de Vasconcelos (2016; 2015), derivam dessa perspectiva, ou seja, do entendimento que é no território e, portanto substrato espacial, em que o agronegócio busca avançar. Nesse sentido, o território apresenta-se como a rede em que são tramadas e reveladas as relações de forças e, sobretudo, as vielas pelas quais o poder se entranha, por meio das ideologias, das superestruturas. Foi e é dessa forma que o agronegócio do coco se expande e avança nos territórios do povo

⁴ Apoiamo-nos no conceito desenvolvido por Woortmann (2009; 1990).

Tremembé e assentamentos de reforma agrária no estado do Ceará, tendo em vista que uma das estratégias mais incisivas é por meio do desajuste familiar, dos embates entre os integrantes dos territórios, alterando as territorialidades, construindo conflitualidades cotidianas.

Dessa forma, concebemos a conflitualidade como a distensão, provocando lesões no organismo - o território como corpo dos processos tensionalizados. Na intensidade desses processos e ao embate e reação dos movimentos socioterritoriais, que constroem estratégias, tais como as assembleias, reuniões, ocupações, retomadas, dentre outros em que se deflagram as tensões territoriais. Assim, tais tensionalidades e tensões despontam-se como cimento e argamassa das contrafinalidades que se organizam.

Não podemos deixar de destacar que, muitas vezes, o estopim dessas tensões ou o próprio desenvolvimento destas se dá acompanhada de perseguições, assassinatos, dentre outras expressões da violência física e psicológica. O que denotamos ao relacionar a importância das tensões territoriais é a necessidade de nos voltar e volver à raiz e a dialética dessas conflitualidades e dos conflitos, pois é a partir daí que se desencadeiam os processos de tensionalidades e tensões territoriais e, principalmente as reações, organizações e mobilizações dos movimentos socioterritoriais de onde insurgem possibilidades e espaços de esperança. Nesse sentido, os movimentos criam suas agendas, ao passo, que constroem também territórios e territorialidades, em que nestas se despontam os encontros, as sociabilidades, as festas, ações ricas em política e cultura.

Na dinâmica que se apresenta como dialética, as tensionalidades podem invocar tensões, que podem desencadear outras tensionalidades, movimento próprio do espaço geográfico, tendo em vista que esse, ao estar “vivo”, condiciona e, também, é condicionado pela sociedade.

Dessa forma, ainda que tenhamos nos detido a estudar as tensionalidades e tensões territoriais relacionadas à expansão do agronegócio do coco em territórios e territorialidades indígenas e camponesas, reconhecemos que a depender das escalas, dos sujeitos/agentes sociais e intencionalidades envolvidas alteram-se as dimensões e os focos na proeminência de conflitos. Quando estes ocorrem no interior dos territórios denominamos de tensionalidades intraterritoriais e tensões territoriais intra escala. Isso ocorre, por exemplo, quando há conflitualidades e conflitos internos, seja entre camponeses do mesmo assentamento de

reforma agrária, integrantes dos territórios indígenas, seja entre camponeses e povos indígenas, quando se dão entre territórios, apenas para citarmos exemplos.

O que desvendamos, a partir das tensionalidades e tensões territoriais geridas e geradas pelo agronegócio do coco é que este intensificou a “destruição criativa” – para utilizarmos a expressão de David Harvey (2004) - ao utilizar-se dos mecanismos da tecnologia e dos aparatos da financeirização do território. Ao inserirem-se num acúmulo de relações histórico-geográficas, aqueles que representam o agronegócio se aproveitam das velhas estruturas e estratégias para dominação. Nesse sentido, estão a compra de fazendas, muitas destas já inseridas no contexto de tensionalidades e tensões territoriais para destinar glebas de terras ao monocultivo agrícola, e o cercamento e cerceamento dos territórios já presentes aproveitando-se das artimanhas para a “monocultura da mente”, como concebe Shiva (2003).

As atuais exigências que nos impõem como “modernas”, possuem nos seus cernes problemáticas alargadas e expansivas nos territórios. A busca pela modernização caracteriza-se pelo embate contínuo entre o “novo” e o “velho”, induzido pela técnica e pela produtividade. O primeiro projetado com o que é estrangeiro, exterior, moderno e, como tal, passível de servir ao progresso, enquanto que o segundo é concebido como o local, endógeno e, por vezes, ultrapassado, portanto atrasado. Essa contraposição revela não apenas uma passagem e ruptura do tempo, mas também as conflitualidades e os conflitos inerentes, em que os “vencedores”, muitas vezes, representam aqueles assentados sob o modelo de progresso, enquanto os “vencidos” correspondem à parcela da sociedade destoante, heterogênea e diferenciada desses padrões. Esses modelos civilizados/civilizatórios empreendidos pelas ordens ocidentais ganham aparente impulso com o expandir do modo de produção capitalista, atingindo a ciência, pesquisa e o cotidiano das pessoas na cidade e no campo, que veem os seus modos de vida alterados, permanecendo, no entanto, rugosidades materiais encorpadas pela imaterialidade dos laços enraizados, bem como demandas sociais que, não sanadas, contribuem aos levantes da sociedade.

As coexistências nos territórios e territorialidades apontam que o real está emaranhado pelo que foi (ou que se pensara) ultrapassado, seja pelo movimento dialético e/ou seja, ainda, pelas lutas dos movimentos socioterritoriais que se concretizam no e pelo espaço geográfico. É a consciência de classes sociais e o pertencimento aos interesses e objetivos destes movimentos que contribuem para que territórios, comunidades e pesquisadores possam

impor inquietações e reflexões, compreendendo que o conhecimento não está dissociado do contexto político e econômico.

Palavras-chave: Tensionalidades, Tensões, Território.

Referências Bibliográficas

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 13ª ed. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

LIMA, Luiz Cruz. Reestruturação socioespacial do Ceará. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 15, 2008, São Paulo. **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos: O Espaço Não Para**. Por uma AGB em Movimento. São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de: João Maia. 3ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaia Ltda., 2003.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **Tensões territoriais e territórios tensionados pelo agronegócio**. Fortaleza: EdUECE, 2016.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **“Por onde andam os coqueirais?”** Os territórios tensionados e as tensões territoriais no estado do Ceará. Tese (doutorado). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 312 f. Fortaleza: UECE, 2015.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola Vasconcelos; LIMA, Luiz Cruz. A Reestruturação Socioespacial como aporte metodológico de análise do território cearense. **Revista Formação Online**, n. 18, volume 2, p. 99-107, jul./dez., 2011.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato (1990). In: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v.1 São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 217-238.

WOORTMANN, Klaas. “Com parentes não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico/87**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.